

01. Auxiliar Técnico de Educação, que acaba de assumir o seu cargo, foi escalado para funções na área de Inspeção Escolar e, naquele mês, deveria tomar conta dos alunos da sua unidade escolar no período de recreio. Quanto a esse fato, de acordo com a legislação e as atribuições do seu cargo, analise as assertivas abaixo.

I. Entre as atribuições de seu cargo, o Auxiliar Técnico de Educação deve atender e acompanhar os alunos nos horários de recreio e em outros períodos, sempre, enquanto houver a presença concomitante do professor responsável, para validar suas atitudes.

II. O Auxiliar Técnico de Educação poderá ser encarregado também de manter, entre os alunos, durante o período de recreio, uma atitude de respeito ao meio ambiente, promovendo o depósito das embalagens e outros resíduos da merenda em locais adequados para o descarte de recicláveis de forma responsável.

III. O Auxiliar Técnico de Educação tem, entre as atribuições de seu cargo, o dever de atender e acompanhar os alunos, apenas nos horários de entrada e saída, e somente enquanto não houver a assistência do professor.

É correto o que se afirma em Alternativas

- a) I, II e III.
- b) II, apenas
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, apenas.

02. No horário de saída da escola, no período da manhã, ocorreu uma discussão acalorada entre duas adolescentes, sendo que a mãe de uma delas tomou partido pela filha e agrediu fisicamente a adolescente, que revidou a agressão. Espera-se como atitude mais correta do Auxiliar Técnico de Educação que acompanhava os alunos, nesse horário, primeiramente,

- a) A proteger as adolescentes, tentando separar a briga e, imediatamente, comunicar à direção da escola o que está acontecendo para as devidas providências legais e, se necessário, de socorro médico para todos os envolvidos na ocorrência.

- b) chamar a polícia ou Ronda Escolar para que se encarregue de resolver a situação, pois, se está ocorrendo na porta da escola, está fora das suas atribuições, devendo delegar a resolução do caso à força policial.
- c) comunicar à direção da Escola para que lhe seja transmitida a posição a ser adotada, pois está fora de suas atribuições resolver esse tipo de conflito e poderá acarretar a aplicação de medidas disciplinares, caso a atitude seja considerada errada.
- d) advertir a mãe da adolescente que se envolveu no conflito, pois ela, como adulta, nunca deveria ter aumentado o nível da briga de forma desigual, se pensar na força física de uma adolescente frente a um adulto e, imediatamente, comunicar à direção da Escola o que está acontecendo.
- e) chamar a Diretoria ou outro superior hierárquico para garantir as suas atitudes de proteção às adolescentes, tentando separar a briga e, se necessário, solicitar socorro médico para todos os envolvidos na ocorrência.

03. A mãe de uma criança de 5 anos de idade, com necessidades especiais, compareceu à Secretaria da Unidade Educacional, onde o Auxiliar Técnico de Educação, que acabou de ingressar na carreira por meio de Concurso Público, está lotado, no Setor de Atendimento ao Público, solicitando a ele esclarecimentos às suas dúvidas sobre os novos critérios de divisão da Educação Básica, a possibilidade de matrícula dessa criança na Rede Municipal e as idades correspondentes a cada ciclo. Para esclarecer as dúvidas daquela mãe, ele deverá se basear nos seus conhecimentos da Legislação adequada, ou seja, sobre o conteúdo da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Título III, artigo 4º. Assinale a alternativa que apresenta a correta explicação dada pelo Auxiliar Técnico de Educação àquela mãe.

- a) A Educação Básica obrigatória e gratuita dos 6 aos 17 anos de idade será organizada da seguinte forma: Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo garantida a Educação Infantil gratuita às crianças de até 5 anos de idade.
- b) O atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino, ainda não foi incluído na regulamentação da Lei; está tramitando, no Congresso, para sua aprovação.
- c) A educação básica obrigatória e gratuita, dos 4 aos 17 anos de idade, será organizada da seguinte forma: Pré-escola; Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo garantida a Educação Infantil gratuita às crianças de até 5 anos de idade.
- d) A oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garante, aos que forem trabalhadores, as condições de acesso e permanência na escola. É um projeto, que deverá ser incluído na Lei de Diretrizes e Bases, após aprovação pelo MEC.
- e) A Pré-escola consta em classificação separada e não faz parte da Educação Básica Obrigatória que apenas se inicia aos 6 anos de idade; em

regulamentações anteriores, era apenas a partir dos 7 anos de idade que se iniciava esse Ciclo Educacional

04. Quanto às expectativas de trabalho a ser realizado no seu dia a dia, na Unidade Escolar, o profissional ingressante na Carreira de Auxiliar Técnico de Educação poderá imaginar-se exercendo as seguintes funções:

- a) todos os profissionais da carreira de Auxiliar Técnico de Educação, no seu cotidiano de trabalho, são responsáveis pela escrituração, documentação e arquivos escolares, garantindo o fluxo de documentos e informações facilitadoras e necessárias ao processo pedagógico e administrativo.
- b) os profissionais da carreira de Auxiliar Técnico de Educação, no seu cotidiano de trabalho, apenas quando lotados nas unidades regionais e centrais da Secretaria Municipal de Educação, são responsáveis pela escrituração, documentação e arquivos escolares, garantindo o fluxo de documentos e informações facilitadoras e necessárias ao processo pedagógico e administrativo.
- c) apenas os profissionais da carreira de Auxiliar Técnico de Educação que atuam na Secretaria da Unidade Educacional são responsáveis pela escrituração, documentação e arquivos escolares, garantindo o fluxo de documentos e informações facilitadoras e necessárias ao processo pedagógico e administrativo.
- d) os profissionais da carreira de Auxiliar Técnico de Educação que atuam na Secretaria da Unidade Educacional ou nas unidades regionais e centrais da Secretaria Municipal de Educação são responsáveis pela escrituração, documentação e arquivos escolares, garantindo o fluxo de documentos e informações facilitadoras e necessárias ao processo pedagógico e administrativo.
- e) as atividades da Equipe de Apoio à Educação da qual fazem parte os servidores da carreira de Auxiliar Técnico de Educação constituem-se no suporte necessário ao processo de ensino e devem ter, como princípio, o caráter educacional de suas ações. Então, nas suas expectativas de cotidiano de trabalho, não devem estar as atividades de secretaria, documentação e arquivos escolares.

05. A Equipe Gestora de uma Unidade Educacional da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, mais especificamente uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF), resolveu verificar até que ponto os profissionais da carreira de Auxiliar Técnico de Educação, lotados na sua Unidade, conheciam a composição da Rede Municipal de Ensino como um todo, para melhor verificar o grau de participação no todo, do Processo Educacional, inclusive para dar informações quando requisitados pelos usuários da escola e, principalmente, seus familiares, para que possam melhor planejar o futuro de suas crianças dentro da Rede. Sendo assim, aplicaram um teste com esses profissionais. Quanto a esse teste, assinale a alternativa que apresenta a resposta correta.

- a) As Escolas Municipais, tanto de Ensino Fundamental (EMEFs) quanto de Educação Infantil (EMEIs) e de Ensino Fundamental e Médio (EMEFMs), são as únicas Unidades que integram a Rede Municipal de Ensino de São Paulo.
- b) Integram a Rede Municipal de Ensino de São Paulo as unidades educacionais de Educação Infantil, de Ensino Fundamental, de Ensino Médio e de Educação Profissional, incluindo os Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos e os Centros Municipais de Capacitação e Treinamento, todas criadas e mantidas pelo poder público municipal.
- c) Integram a Rede Municipal de Ensino de São Paulo unidades educacionais de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de Ensino Médio I, criadas e mantidas pelo poder público municipal; as unidades de Educação Profissional serão transferidas para a responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação a partir de 2014.
- d) Quando forem solicitadas informações sobre os vários tipos de Unidades Educacionais disponíveis para a população infantil e de adolescentes de determinado bairro ou região de São Paulo, o servidor deverá se prontificar a discriminar a predominância religiosa e cultural em cada unidade para que os pais e/ou responsáveis possam melhor escolher onde matricular os educandos.
- e) Quando questionado sobre as faixas etárias atendidas pelas Unidades Educacionais municipais, o servidor deverá informar que as Unidades têm por finalidade promover a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio às crianças e jovens.

06. De acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 208, inciso VII, entre outras ações, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de

a) (A) educação básica obrigatória e gratuita de zero aos dezessete anos de idade, assegurada, inclusive, sua oferta obrigatória e gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

b) gratuidade do ensino em todos os estabelecimentos de educação autorizados; educação infantil em creche às crianças até cinco anos de idade; gestão democrática do ensino público e privado.

c) igualdade de condições para o acesso na escola, e permanência segundo a capacidade de cada um;

atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, obrigatoriamente na rede regular de ensino.

d) oferta de ensino religioso nas escolas públicas de ensino fundamental, que constituirá disciplina obrigatória, fora do horário normal de aulas e será de matrícula obrigatória para os alunos.

e) atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

07. Uma mulher compareceu à secretaria de uma escola municipal de educação infantil da cidade de São Paulo e questionou, à Auxiliar Técnica de Educação, se, de acordo com a lei, há provas, notas e reprovação na Educação Infantil. É correto afirmar que, conforme a Lei no 9.394, de 1996, artigo 31, entre outras, a educação infantil será organizada de acordo com a seguinte regra comum:

- a) o controle de frequência fica a cargo da escola de educação infantil, conforme o disposto no seu Regimento, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação.
- b) avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.
- c) formação da criança na educação infantil, focado na brincadeira e interações, sendo vedada qualquer forma de avaliação, de controle de frequência e, ainda, qualquer tentativa de ensinar conteúdos aos menores de cinco anos.
- d) avaliação contínua e cumulativa do desempenho da criança, com prevalência dos aspectos quantitativos (notas) sobre os qualitativos (relatórios) e dos resultados das provas finais sobre os resultados ao longo do período.
- e) aos alunos de menor rendimento na pré-escola serão ofertadas aulas de reforço escolar nas salas de recursos e brinquedotecas, haverá, ainda, envio de lição de casa e encaminhamento para atendimento psicopedagógico.

08. O Auxiliar Técnico de Educação, Wesley, prestava atendimento ao público externo e foi questionado pelo pai de um aluno, que desejava receber informação a respeito da organização e do funcionamento das unidades educacionais da rede municipal de ensino da Cidade de São Paulo. Wesley consultou a Instrução Normativa SME nº 22/ 2018 e respondeu corretamente às perguntas realizadas pelo munícipe.

Em relação à organização e funcionamento das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, conforme a Instrução Normativa SME no 22/ 2018, de acordo com o artigo 11, é correto afirmar que

- a) Centros Municipais de Educação Infantil – CEMEIs são terceirizados e destinados, exclusivamente, ao atendimento em período integral, de crianças de quatro meses a seis anos, que se encontram em situação de alta vulnerabilidade social.
- b) Escolas Municipais de Educação Básica para Surdos – EMEBS são destinadas ao atendimento terapêutico de crianças surdas do jardim I e jardim II. Atendem, ainda, alunos do Ensino Fundamental, exclusivamente no contraturno escolar.
- c) o Ensino Fundamental será organizado em Ciclos de Aprendizagem, com progressão automática, são eles: Ciclo para alfabetização (1o ao 2o ano); Ciclo Intermediário (3o ao 6o ano); Ciclo Jovem Protagonista (7o ao 9o ano).

d) as

Escolas Municipais de Ensino Fundamental que mantêm a modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, o currículo organizar-se-á em três etapas anuais, são elas: etapa de Instrução, etapa Interdisciplinar e etapa Avançada.

e) Escolas Municipais de Educação Infantil - EMElS são destinadas ao atendimento de crianças dos agrupamentos Infantil I e Infantil II, na faixa etária de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos.

09. De acordo com o Currículo da Cidade: Ensino Fundamental: Língua Portuguesa, o processo de construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola deve envolver a participação

a) do coordenador pedagógico e dos professores regentes com turmas atribuídas, apenas.

b) do Conselho de Escola, dos Auxiliares Técnicos de Educação e do Ministro da Educação.

c) dos profissionais da educação e também dos estudantes e familiares.

d) do Grêmio Estudantil e do Secretário de Educação Estadual, impreterivelmente.

e) dos membros da Associação de Pais e Mestres (APM), do Conselheiro Tutelar e dos Vereadores do bairro, obrigatoriamente.

10. Segundo a Lei no 8.989/1979, Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Paulo, artigo 179, é proibida ao funcionário toda ação ou omissão capaz de comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência do serviço ou causar dano à Administração Pública.

Entre outras restrições, conforme a Lei no 8.989, de 1979, artigo 179, inciso VIII, é proibido ao funcionário

a) tratar com urbanidade os companheiros de serviço e o público em geral.

b) proceder, pública e particularmente, de forma que dignifique a função pública.

c) ter exercício fora do Município, em missão de estudo ou de outra natureza, com ou sem ônus para os cofres públicos, ainda que receba a autorização do Prefeito.

d) cumprir as ordens superiores, representando quando forem manifestamente ilegais.

e) entreter-se, durante as horas de trabalho, em palestras, leituras ou atividades estranhas ao serviço.

GABARITO

01 B

02 A

03 C

04 D

05 B

06 E

07 B

08 E

09 C

10 E